

ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA SOBRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA ÚLTIMA DÉCADA

ANALYSIS OF BRAZILIAN SCIENTIFIC PRODUCTION ON PEOPLE WITH DISABILITIES IN THE LAST DECADE

Marco Antonio dos SANTOS¹

Solange Muglia WECHSLER²

RESUMO: o objetivo dessa pesquisa foi o de identificar as características da produção científica brasileira sobre as pessoas com deficiência na última década. Para tanto se realizou uma revisão de publicações em periódicos entre os anos de 2006 e 2016, constantes nas bases eletrônicas de produção brasileira listados no Index-Psi (SciELO e PePSIC). Utilizou-se descritores a partir da combinação de duas palavras-chave: Pessoa com deficiência e deficiente. Os resultados apontaram a existência de 1120 artigos indexados no SciELO e 131 no PePSIC, revisados por pares. Foram selecionados 46 artigos, sendo 39 do SciELO e sete do PePSIC. As análises realizadas consideraram filiação dos autores: Universidades Públicas ou Particulares, estados de origem das instituições de ensino, área do conhecimento, tipos de pesquisa (método, tipo de estudo, terminologia, tipo de avaliação e instrumentos utilizados) e, por fim, a temática estudada. Verificamos que houve prevalência de artigos com o tema Inclusão Escolar e Mercado de Trabalho, seguidos por Políticas Públicas e Estigma Social. Quanto aos assuntos de menor interesse, encontramos sexualidade e adoção. Possivelmente isso se dê ao fato de como as pessoas com deficiência são vistas e/ou consideradas.

PALAVRAS CHAVE: Pessoa com Deficiência. Diversidade. Deficiência. Inclusão.

ABSTRACT: the objective of this study was to identify the characteristics of Brazilian scientific production about people with disabilities in the last decade. For this purpose, was realized the review of publications in journals between 2006 and 2016, included in the Brazilian electronic databases listed in Index-Psi (SciELO and PePSIC). The descriptors were used from the combination of two key words: Person with disability and deficient. The results indicated the existence of 1120 articles indexed in SciELO and 131 in PePSIC, peer-reviewed. 46 articles were selected, being 39 of the SciELO and seven of the PePSIC. This analyzes were based on the authors' affiliation: Public or Private Universities, states of educational institutions, knowledge area, and types of research: method and type of study, terminology, type Evaluation: instruments used and finally thematic study. We verified that there was prevalence of articles with the subject School Inclusion and Labor Market followed by public politics and Social Stigma, Sexuality and adoption were the less interested. This is due to fact that how the people with disabilities are perceived and /or seen.

KEYWORDS: People with Disabilities. Diversity. Disability. Inclusion.

INTRODUÇÃO

Durante milhares de anos as pessoas com deficiência foram consideradas inferiores, inválidas, incapazes e inaptas. Na história da humanidade a imagem de deformidade de corpos e mentes, associadas às deficiências, denunciavam a imperfeição humana, o que os tornavam perigosos (FERNANDES; SCHLESENER; MOSQUERA, 2011). Desta forma desde os primórdios, o comportamento em relação às pessoas com deformidades evidenciadas na aparência ou na função dos corpos era de menosprezo, da eliminação ou da destruição (BATISTA, 2004).

¹ Psicólogo. Doutorando em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Campinas, SP, Brasil. Contato: mrs38@uol.com.br

² Psicóloga. Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Campinas, SP, Brasil.

Corroborando essas ideias, as definições sobre as pessoas com deficiência, revelam do ponto de vista histórico e social como eram e são vistas em nosso meio (BARNES; BARTON, 2002). Até pouco tempo, os termos como loucos, surdos, aleijados, débeis mentais eram usados e revelam uma marca extremamente negativa sobre essas pessoas (TELFORD; SAWVWEY, 1984). Durante parte do século XX, até 1960, depois das duas guerras mundiais a mídia usava a terminologia: a guerra produziu “incapacitados”, inicialmente o termo incapacitado referia-se ao indivíduo sem capacidade e mais tarde isso evoluiu para indivíduos com capacidades residuais. Isso foi um avanço da sociedade em reconhecer que a pessoa com deficiência poderia ter capacidade residual, ainda que reduzida. Considerava-se que a deficiência, qualquer que fosse, eliminava ou reduzia a capacidade da pessoa em todos os seus aspectos: psicológico, profissional, social, etc. (SASSAKI, 2009; CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, 2006).

Depois dos anos 1960 e até os anos 1980, o termo usado era “defeituosos”, que significava indivíduos com deformidades, usados principalmente para designar o deficiente físico. Focalizava-se a deficiência em si e o que a pessoa não conseguia fazer como a maioria. A partir de 1981 e até meados de 1987, por pressões de organizações de pessoas com deficiência, a Organização das Nações Unidas, declarou em 1981 o “Ano Internacional da Pessoa Deficiente”. Pela primeira vez o substantivo deficiente passa a ser usado como adjetivo, agora associado ao substantivo “pessoa”. O impacto dessa terminologia foi profundo e ajudou a melhorar a imagem das pessoas com deficiência (RESENDE; VITAL, 2008).

No ano de 1994 com a Declaração de Salamanca (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1994), que preconizava a Educação Para Todos, com a exigência da inclusão em todos os aspectos da vida, foi cunhado o termo “pessoa com deficiência”, com valor agregado à pessoa, de fazer parte do segmento humano “pessoa”, que caiu na preferência de diversos segmentos sociais, incluindo o das próprias pessoas com deficiência. O que fez que esse termo fosse referenciado, na Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU em 2006, tornando-se de uso mundial (SASSAKI, 2009; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2006).

Bem intencionadas ou rotuladoras, as expressões/terminologias para designar as pessoas com algum tipo de deficiência, podem expressar conceitos ou preconceitos. As dificuldades em nomeá-las, mais do que um evento do ponto de vista congênito ou acidental, podem apontar um relacionamento afetivo e social com o outro, em suas diferenças (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE; BANCO MUNDIAL, 2011). A razão talvez resida no fato de que em cada época, são utilizados termos cujo significado seja compatível com os valores vigentes em cada sociedade, enquanto essa evolui em seu relacionamento com as pessoas com algum tipo de deficiência, e hoje para melhor compreender esse significado se faz necessário falar de direitos humanos.

Para a compreensão da natureza e do significado da adoção de uma perspectiva da deficiência baseada nos direitos humanos é preciso ter uma percepção clara dos valores que sustentam a missão dos direitos humanos. Esses valores formam a base sobre que se apoia um complexo sistema de liberdades fundamentais respaldadas e promovidas pela legislação internacional sobre os direitos humanos (QUINN; DEGENER, 2002). Sendo a deficiência um tema dos direitos humanos e como tal deve obedecer ao princípio de que todo ser humano tem direito a desfrutar de todas as condições necessárias para o desenvolvimento de seus talentos e aspirações, sem ser submetido a qualquer tipo de discriminação (BRASIL,

2012). As legislações atuais como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2006) e a Lei Brasileira de Inclusão 13.146/15 (BRASIL, 2015) avançaram muito nessa direção.

Dados apresentados pela Organização Mundial de Saúde (OMS, 2011) apontaram que 15% da população mundial apresenta algum tipo de deficiência, isso representa mais de um bilhão de pessoas com essa condição em todo o mundo. Cerca de 70% desse contingente estão vivendo em países pobres ou em desenvolvimento. Dessa forma, as pessoas com deficiência apresentam piores perspectivas de saúde, níveis mais baixos de escolaridade, participação econômica menor, e taxas de pobreza mais elevadas em comparação as pessoas sem deficiência. (OMS; BM, 2011) A pobreza tem sido um agravante as condições de vida das pessoas com deficiência, ela e a deficiência estão ligadas por múltiplas razões; a deficiência é tanto causa como uma consequência da pobreza. Alguns cálculos apontam que um em cada cinco pobres apresenta uma deficiência (SANTOS, 2011).

No Brasil, segundo o Censo do IBGE de 2010, 23, 91% da população apresenta algum tipo de deficiência, isso equivale a dizer que 45,6 milhões de brasileiros apresentam essa condição. A definição de pessoa com deficiência como sendo aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais em interações com diversas barreiras podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade como as demais pessoas (ONU, 2006).

Mesmo com os avanços no que se refere à legislação e o próprio conceito sobre a deficiência, a pessoa com deficiência é um sujeito constituído por uma construção histórica, econômica e social e do ponto de vista prático essa vigorosa legislação ainda não atingiu efetivamente a vida dessas pessoas (MURUGAMI, 2009). A forma tradicional como a deficiência é vista, muitas vezes tem foco no indivíduo, destacando as incapacidades ou deficiências, defeitos ou impedimentos, ainda é uma das dificuldades. Esse enfoque cria obstáculos à participação das pessoas com deficiência em condições de igualdade as demais pessoas sem deficiência (MICHAILAKIS, 2003). Habitar um corpo com impedimentos físicos, intelectuais ou sensoriais, é uma das muitas formas de estar no mundo (DINIZ, 2007).

A deficiência não se resume ou não deveria se resumir a um catálogo de doenças, lesões e incapacidades de uma perícia biomédica do corpo, esse é na verdade um conceito que denuncia à injustiça, a relação de desigualdade imposta pelo ambiente, sociedades e estruturas de poder que criam barreiras e impedimentos a esses indivíduos, estabelecendo a eles uma cidadania de segunda classe (DINIZ; BARBOSA; SANTOS, 2009). A *disability* é resultado da cultura da normalidade, que os impedimentos corporais se transformam em alvo de opressão e da discriminação (FOUCAULT, 2004). A crítica à medicalização do corpo deficiente sugere a insuficiência do discurso biomédico para avaliar as restrições impostas pelos ambientes sociais como barreiras (DINIZ, 2007).

A normalidade que é entendida, hora como uma expectativa biomédica de padrão de funcionamento da espécie; hora como um preceito moral de produtividade e adequação as normas sociais, foram desafiadas pela compreensão de que deficiência não é apenas um conceito biomédico, mas a expressão pelo corpo com variações de funcionamento. E a deficiência traduz, portanto, a opressão ao corpo como impedimentos. O conceito de corpo deficiente ou pessoa com deficiência devem ser entendidos em termos políticos e não mais estritamente biomédicos (DINIZ *et al.*, 2009).

O Movimento de Vida Independente que surgiu nos Estados Unidos da América nos anos 60, dentro do coletivo das pessoas com deficiência aponta novos paradigmas. Algumas pessoas com deficiência se rebelam diante das imposições médicas, institucionais/reabilitadoras e reivindicaram o direito de decidir sobre suas próprias vidas por si mesmas, ao invés de estarem sistematicamente sujeitos as diretrizes impostas por experts (DINIZ; SQUINCA; MEDEIROS, 2007). Deste movimento resulta a ideia de que a incapacidade não está em um “corpo deficiente”, mas em uma estrutura social que não leva em consideração as autênticas necessidades das pessoas com deficiências e as marginaliza, as excluem da participação da vida social (PEREIRA, 2009).

É dentro dessa linha de pensamento que o Movimento de Vida Independente da Espanha em 2005 cria o conceito “diversidade funcional” com o objetivo de substituir os conceitos negativos que se utilizam para designar as pessoas com deficiência. O termo “diversidade funcional” é consequência de uma proposta de conteúdo ideológico. A denominação pretende ser uma síntese conceitual para a compreensão de uma realidade social comumente denominada “deficiência” e é feita com clara intenção emancipadora, de empoderamento dessas pessoas (DIAZ; FERREIRA, 2010).

Apesar dos inegáveis avanços no que se referem aos direitos das pessoas com deficiência nos últimos anos, sobretudo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/15) muito há que se fazer para que a legislação mude a vida das pessoas. E embora a proteção legal tenha avançado na prática muitas pessoas com deficiência continuam a sofrer preconceito e discriminação flagrantes e sutis em seus direitos fundamentais como educação, trabalho, habilitação e ou reabilitação, recreação e cuidados a saúde o acesso a essas condições de cidadania ainda não se tornaram efetivamente realidade (RESENDE; VITAL, 2008).

No Brasil, ainda são escassas as pesquisas voltadas ao entendimento das condições sociais, econômicas, políticas e culturais envolvendo as pessoas com deficiência. De forma geral, as questões relacionadas às pessoas com deficiência são pouco estudadas se comparadas a outros países como Estados Unidos, Reino Unido, Canadá (BERNARDES; ARAUJO, 2011).

Assim, enfatizamos a importância da realização de mais estudos nacionais sobre a problemática das pessoas com deficiência, permitindo identificar os principais avanços e os desafios que precisam ser enfrentados para que essa parcela da população possa ter seus direitos fundamentais de cidadania respeitados.

Nesse contexto, a presente pesquisa buscou traçar o estado da arte da temática das pessoas com deficiência, a partir de publicações em periódicos nas bases eletrônicas SciELO e PePePSIC, no período entre 2006 e 2016. Buscou, ainda, a compreensão do tema no período de dez anos, ajudando a situar como se encontram os estudos sobre as pessoas com deficiência no Brasil na atualidade.

MÉTODO

Amostra

A presente pesquisa trabalhou com levantamento de dados junto a duas bases de dados eletrônicas, considerando-se publicações em periódicos, ambas no período compreendido

entre 2006 e 2016. As buscas foram realizadas a partir dos seguintes descritores: pessoa com deficiência, e deficiente. A primeira base utilizada foi o SciELO com resultado de 1120 artigos publicados em periódicos indexados nesta base de dados e 131 na PePSIC considerando as duas bases de dados um total de 1251 artigos. Foram selecionados 46 artigos, sendo 39 do SciELO e sete do PePSIC. As análises realizadas consideraram filiação dos autores: Universidades Públicas ou Particulares, estados das instituições de ensino, área do conhecimento, tipos de pesquisa: método e tipo de estudo, terminologia, tipo de avaliação: instrumentos utilizados e por fim, temática estudada.

Procedimentos

A escolha dos artigos se deu por sorteio randômico. Os resultados encontrados nas bases de dados SciELO e PePSIC (46 artigos) foram categorizados em relação à filiação dos autores (Universidades/Faculdades públicas ou particulares), estados onde se localizam as instituições de ensino, a área de conhecimento, ao tipo de pesquisa (método e tipo de estudo), terminologia, tipo de avaliação (instrumentos mais utilizados), e as temáticas estudadas nos artigos selecionados. Após a classificação das informações, estas foram comparadas a estatística de frequência e porcentagem com a finalidade de apontar os tipos de estudos que têm sido mais realizados no período de 10 anos, sobre a temática da pessoa com deficiência sob o ponto de vista de diferentes áreas do conhecimento: psicologia, saúde (medicina, terapia ocupacional, enfermagem, fisioterapia), engenharia, educação e educação especial, administração, ciências sociais (sociologia, antropologia), serviço social e filosofia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Do total de 46 artigos investigados, verificamos uma variação de um a cinco autores por artigo em um total de 121 pesquisadores de 11 áreas do conhecimento diferentes, de 13 regiões do país. Do total dos(as) 121 pesquisadores(as) autores(as) das 46 publicações investigadas a maior parte, 91 (75,2%) foram produzidos por autores com filiação a Universidades Públicas, 27 (22,3%) filiados a Faculdades e Universidades Particulares, e 02 (1,65%) a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos.

Em relação à região onde se localizam as instituições de filiação dos 121 autores, divididos por 13 estados brasileiros sendo 46 (38,01%) da amostra localizados em São Paulo (SP), seguidos por Minas Gerais (MG) com 14 (11,57%) da amostra, 12 (9,91%) no Distrito Federal (DF), Santa Catarina (SC) e Rondônia (RO) 09 (7,43%), Paraíba (PB) com 07 (5,78%), Rio Grande do Sul (RS) 05 (4,13%), Ceará (CE), Paraná (PR) e Rio de Janeiro 04 (3,3%). Os estados de menor incidência Amazonas (AM), Bahia (BA) e Pará (PA) 02 (1,65%). Esses dados podem ser observados na Figura 1, que indica descritor por estados da federação e prevalência dos estudos por áreas de formação dos pesquisadores.

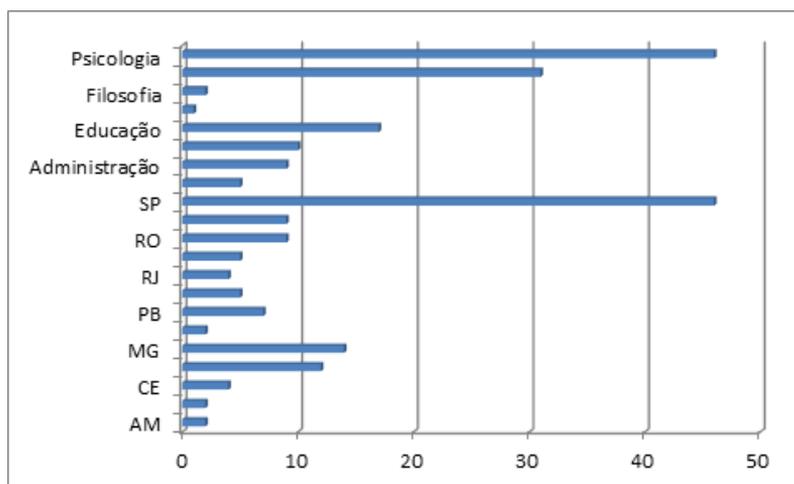


Figura 1- Distribuição do número de formação dos Pesquisadores e Estados, segundo fonte eletrônica de busca.
Fonte: elaboração própria.

Em relação à formação dos pesquisadores por área de estudos verificou-se uma maior prevalência em Psicologia com 45 artigos (37,19%) da amostra, seguido pela área da Saúde com 27 artigos (22,31%) (medicina [12], terapia ocupacional [08], enfermagem [5], fisioterapia [2]), educação/educação especial com 14 artigos (11,57%) da amostra, depois Ciências Sociais e Administração 10 (12,1%) cada um, educação física e serviço social com 06 (4,95%) artigos da amostra cada um. As áreas com menos pesquisadores temos filosofia 02 (2,42%) e engenharia 01 (1,21%) artigo da amostra do total de 121 pesquisadores.

Tabela 1 – Frequência dos tipos de Pesquisas, segundo fonte eletrônica de busca no Brasil entre 2006-2016.

Tipos de pesquisa	N	%
Teórica	22	47,82%
Empírica/Quantitativa	14	30,43%
Qualitativa	07	15,21%
Revisão Sistemática	02	4,34%
Pesquisa-ação	01	2,17%
Total	46	100%

Fonte: elaboração própria.

Ao analisar os tipos de pesquisa (Tabela 1) podemos verificar que houve predominância de pesquisas do tipo teórica 22 (47,82%), seguida pelas pesquisas empíricas/ quantitativas 14 (30,43%) e pesquisas qualitativas 07 (15,21%).

Tabela 2 – Distribuição do número dos Enfoques Teóricos dos artigos no Brasil selecionados nas bases de dados eletrônicos entre 2006-2016.

Enfoques teóricos	N	%
Educacional	16	34,78%
Trabalho/organizacional	12	26,08%
Político/Social	16	34,78%
Histórico-Dialético	01	2,17%
Fenomenologia	01	2,17%
Total	46	100%

Fonte: elaboração própria.

Conforme foi descrito na Tabela 2, sobre enfoques teóricos norteadores de cada pesquisa, percebe-se que predominam os trabalhos com enfoques educacionais e políticos/sociais 36 (69,56%), seguidos por Trabalho/organizacional 12 (26,08%). As pesquisas com enfoques Histórico-Dialético e Fenomenologia 02 (4,34%) com um artigo cada.

Tabela 3 – Frequência das Terminologias/Designações utilizados para Deficiência nos artigos brasileiros entre 2006-2016.

Termos utilizados	N	%
Pessoa com Deficiência	32	69,56%
Deficiência	06	13,04%
Alunos com deficiência	02	4,34%
Pessoa Portadora de Deficiência	02	4,34%
Crianças com deficiência	01	2,17%
Estudantes com deficiência	01	2,17%
Pessoa com deficiência física	01	2,17%
Pessoas com Incapacidades	01	2,17%
Total	46	100%

Fonte: elaboração própria.

Conforme pode ser verificado na Tabela 3, a terminologia mais utilizada nos artigos foi “Pessoa com Deficiência” em 32 artigos (69,56%), seguida por Deficiência 06 (13,04%). E as terminologias menos utilizadas foram crianças com deficiências, estudantes com deficiências, pessoa com deficiência física e pessoas com incapacidades 04 (6,51%) com um artigo cada.

Tabela 4 – Frequência dos tipos de instrumentos de avaliação utilizados nas pesquisas brasileiras entre 2006-2016.

Tipos de instrumentos	N	%
Entrevista	11	23,91%
Testes/Escalas	04	08,69 %
Questionário	04	08,69%
Desenho-História	01	2,17%
Diário de Campo	01	2,17%
Observação	01	2,17 %
Nenhum	24	52,17%
Total	46	100%

Fonte: elaboração própria.

Ao analisar os artigos que fizeram uso de medida de avaliação, pode-se verificar que 23 (47,83%) dos estudos utilizaram algum tipo de instrumento, sendo mais utilizadas as entrevistas (estruturada e semiestruturada) em 11 (23,91%) dos casos, depois temos as testes/escalas e questionários com 04 (08,69%) cada uma. Os demais instrumentos apareceram com 01 (2,17%) cada. Os estudos que não fizeram uso de nenhum tipo de medida de avaliação, com uso de instrumentos somam 24 artigos (52,17%) do total dos 46 artigos verificados.

O Quadro 1, a seguir, foi constituído a partir dos títulos dos trabalhos de pesquisas analisados, organizados por temas: acessibilidade e transportes, inclusão escolar, atenção à saúde da pessoa com deficiência, direitos humanos e bioética, políticas públicas para a pessoa com deficiência mercado de trabalho, testes e escalas, estigma social, ética e a pessoa com deficiência, análise de livros, sexualidade/gênero e a pessoa com deficiência, e adoção.

Quadro 1–Temáticas de interesse dos artigos selecionados entre 2006-2016.

Assuntos dos Estudos
<p>A) Acessibilidade/transporte escolar: 1) Transporte escolar O Caminho da Escola para os Estudantes com Deficiência: o Transporte Escolar Acessível no Plano Viver sem Limite, não apresentou participantes, estudo teórico. 2) Mobilidade urbana para a pessoa com deficiência no Brasil: Um estudo em blogs, com 15 blogs de pessoas com deficiência. 3) Propostas de acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiências no ensino superior, 115 projetos, 58 instituições ES.(4) Ações exercidas pelos Núcleos de acessibilidade nas universidades federais brasileiras.</p>
<p>B) Inclusão escolar: 1) Formação de professores e inclusão escolar de pessoas com deficiência: análise de resumos de artigos na base SciELO - não apresentou participantes, estudo teórico. 2) Inclusão educacional para Pessoa Portadora de Deficiência: um compromisso com o estudo superior, não apresentou participantes, estudo teórico. 3) Histórico da Inclusão Escolar: Uma discussão de texto e contexto. 4) Conhecendo o processo de inclusão escolar em Velho-RO, participantes: 104 alunos (05-25 anos). 5) Concepções, opiniões e atitudes docentes associadas à inclusão da pessoa com deficiência na educação física: Uma revisão da produção científica brasileira, não apresentou participantes, estudo teórico. 6)O imaginário coletivo de estudantes de educação física sobre a PcD, participantes: 30 alunos curso de graduação em educação física.</p>

<p>C) Atenção à Saúde Pessoa com Deficiência: 1) Vida revirada: deficiência adquirida na fase adulta produtiva, não apresentou participantes, estudo teórico. 2) Pessoas com deficiência na atenção primária: discurso e prática de profissionais em um centro de saúde-escola, estudo teórico. 3) As redes de apoio social nas práticas de educação popular e saúde: reflexões de uma pesquisa-ação, participantes 10 pessoas com deficiência física adquirida. 4) Pessoas com deficiência na atenção primária: discurso e prática de profissionais em um centro de saúde-escola.</p>
<p>D) Direitos Humanos/Bioética: 1) Deficiência, Direitos Humanos e Justiça, não apresentou participantes, estudo teórico. 2) Deficiência, políticas públicas e bioética: percepção de gestores públicos e conselheiros de direitos, participantes: 21 especialista em políticas públicas e gestão, 29 conselheiros de direitos PcD. 3) Pessoas com Deficiência e políticas de saúde no Brasil: reflexões bioéticas.</p>
<p>E) Políticas Públicas – PcD: 1) Benefício de prestação continuada: perspectivas na avaliação médico-social, participantes: 06 assistentes sociais e 08 médicos/peritos. 2) Benefício de Prestação Continuada e perícia médica previdenciária: limitações do processo, participantes 11404 requerentes do BPC/PcD (2006-2012). 3) Universalismo e Focalização na Política de Atenção à Pessoa com Deficiência, não apresentou participantes, estudo teórico. 4) Inclusão Social da PcD: Cultura, educação e lazer. 5) Política de inclusão do portador de deficiência: possibilidades e limites. 6) Pessoas com deficiência no mercado de trabalho: Considerações sobre políticas públicas nos Estados Unidos, União Europeia e no Brasil.</p>
<p>F) Mercado de trabalho– PcD: 1) Empregabilidade de Pessoas com Deficiência no Município de Santos/ SP: Mapeamento de Políticas Públicas e Práticas Institucionais, não apresentou participantes, estudo teórico. 2) Reconhecimento e construção da competência da pessoa com Deficiência na organização em debate, participantes: 10 PcD (18-39 anos) 02 deficiência congênita, 08 adquiridas e 01 gerente (psicóloga) RH e 05 gestores. 3) Empregabilidade das pessoas com deficiência: uma análise da inclusão social no mercado de trabalho do município de Bauru, SP, participantes 12 empresas de médio e grande porte. 4) Inclusão da PcD no mercado de trabalho em Belo Horizonte Brasil: Cenário e perspectiva. 5) A questão cognitiva e afetiva na inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, participantes: 650 alunos de cursos de especialização em Administração de três Universidades federais mineiras. 6) O que os empregadores pensam sobre o trabalho da PcD? Participantes: 06 gestores RH de 06 empresas. 7) O gestor e a PcD: Reflexões sobre aprendizagens e competências na construção da diversidade nas organizações, participantes: 06 gestores de PcDs. 8) Incluindo a PcD na empresa: estudo de caso de uma multinacional brasileira. 9) A diversidade através da história: A inserção no mercado de trabalho.</p>
<p>G) Testes/Escalas: 1) Versão brasileira do Quality of Care Scale: qualidade de cuidado na perspectiva de pessoas com incapacidades, participantes 312 pessoas com incapacidades. 2) Análise das Versões do Instrumento Whoqol-Dis Frente aos Aspectos que Motivaram sua Criação: Participação e Autonomia, não apresentou participantes, estudo teórico. 3) Avaliação da Satisfação do Aluno com Deficiência no Ensino Superior, participantes: 18 alunos com deficiência de uma universidade do interior de SP.</p>
<p>H) Estigma Social: 1) Corporeidade e Existência: Notas de uma Perspectiva Fenomenológica sobre a Condição da Pessoa com Deficiência Física, não apresentou participantes, estudo teórico. 2) A PcD e a crise das identidades na Contemporaneidade, não apresentou participantes, estudo teórico. 3) Pessoa com deficiência = pessoa incapaz? Um estudo acerca do estereótipo, não apresentou participantes, estudo teórico. 4) Poesia concreta em prosa no asfalto: limites da deficiência no espaço urbano.</p>
<p>I) Ética e PcD: 1) Direito e inclusão da pessoa com deficiência: uma análise orientada pela Teoria do Reconhecimento Social de Axel Honneth, não apresentou participantes, estudo teórico. 2) Poesia concreta em prosa no asfalto: limites da deficiência no espaço urbano, participante: 1 adulto, 48 anos deficiente físico. 3) É possível a ética do discurso de Habermas para a pessoa com deficiência?</p>
<p>J) Análise de livros: 1) Discursos e significados sobre as Pessoas com Deficiência nos livros didáticos de Português: Limites na comunicação de sentidos e representações acerca da diferença, não apresentou participantes, estudo teórico. 2) Quarenta anos retratando a deficiência enquadres e enfoques da literatura infanto-juvenil brasileira, não apresentou participantes, estudo teórico.</p>
<p>K) Sexualidade/ Gênero –PcD: 1) Entrelace entre Gênero, Sexualidade e Deficiência: uma História Feminina de Rupturas e Empoderamento, participante 1 mulher adulta deficiente.</p>
<p>L) Adoção: 1) Pretendentes à adoção de crianças no Brasil: Um Estudo Documental.</p>

Fonte: elaboração própria. *Os estudos teóricos não apresentam participantes.

Em relação à temática de interesse dos pesquisadores, pode-se observar no Quadro 1 que houve prevalência de artigos com o tema inclusão escolar e mercado de trabalho com 15 artigos (32,55%) da amostra, seguida por políticas públicas 06 (13,04%), acessibilidade/transporte escolar, estigma social e atenção à saúde da PcD 04 (8,69%). A seguir as temáticas, ética, direitos humanos/bioética e Testes/Escalas com 03 artigos (6,52%) cada e pôr fim a pessoa com deficiência sexualidade e gênero e adoção com 01 artigo cada (2,17%).

Os estudos predominantemente teóricos, na maior parte, realizados por universidades públicas, de regiões mais ricas do país, em grandes centros, revelam uma disparidade entre as várias regiões do Brasil, no que se refere a estudos sobre as questões envolvendo as pessoas com deficiência. Em relação às áreas de conhecimento, destaca-se a psicologia, seguidas pelas áreas de saúde e educação. Principais enfoques teóricos são educação e organizacional/trabalho, em detrimento a outras áreas pouco estudadas. Quanto às temáticas apresentadas as de maior destaque são: mercado de trabalho e inclusão escolar. Aponta-se a necessidade de mais pesquisas nas áreas de direitos humanos, estigma social, ética e sexualidade.

Ainda através desse estudo podemos identificar que dos 46 artigos investigados, observou-se uma variação de um a cinco autores por artigo em um total de 121, de 11 diferentes áreas do conhecimento: psicologia, saúde (medicina, terapia ocupacional, enfermagem, fisioterapia), engenharia, educação, educação especial, administração, ciências sociais, administração, serviço social e filosofia. Quanto aos autores, suas filiações são as Universidades/Faculdades públicas 91 (75,2%) e particulares 27 (22,3%) de 13 estados brasileiros, sendo a maior parte localizada em São Paulo, Minas Gerais e Distrito Federal 72 (59,5%).

Em relação aos pesquisadores por áreas de conhecimento destacam-se psicologia 46 (38,01%), saúde 31 (25,61%), educação/educação especial 17 (14,04%), de um total de 121 pesquisadores. Quanto ao tipo de estudo houve uma prevalência nos estudos teóricos 22 (47,82%), seguidos por estudos empíricos/quantitativos 14 (30,43%) e qualitativos 07(15,21%) de um total de 46 artigos. Em relação ao enfoque teórico, percebe-se que os trabalhos com enfoques teóricos educacional e Político/social 32 (69,56%), seguidos pelo Trabalho/organizacional 12 (26,08%) são os que mais se destacaram. Quanto ao tipo de instrumento utilizado, aparecem entrevistas (estruturadas, semiestruturadas) 11(23,91%) seguido por questionário, Testes/Escalas 08 (17,39%), embora a maior parte dos artigos 24 (52,17%) não fizeram uso de instrumento para coleta de dados e/ou mensuração, uma vez que se tratavam de estudos teóricos.

Outro aspecto a ressaltar é que pudemos verificar que em consonância com o que proposto internacionalmente, preconizado pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), a maior parte dos artigos, 32 (69,56%), utilizaram da terminologia Pessoa com Deficiência, o que pode ser considerado um avanço. Mas ainda verificamos terminologias consideradas pejorativas e/ou inadequadas em 02 (4,54%), pessoa portadora de deficiência e pessoas incapacitadas. Sobre a temática de interesse dos pesquisadores nesta amostra estudada, verificamos que houve prevalência de artigos com o tema Inclusão Escolar e Mercado de Trabalho com 18 artigos (39,13%), seguidos por políticas públicas com 06 (13,04%) e Estigma Social com 04 (8,69%). Quanto aos assuntos de menor interesse, encontramos sexualidade 01 e adoção com 01 (2,17) cada. Possivelmente isso se dê ao fato de como as pessoas com deficiência são vistas e/ou consideradas.

Dentre os aspectos apontados como os mais estudados é importante ressaltar que toda criança tem direito a educação e criança com deficiência também é criança. Dessa forma as crianças com deficiência têm direito a frequentar a escola regular, que deve atendê-los dentro de uma pedagogia capaz de satisfazer suas necessidades. Nos países em desenvolvimento menos de 1% das crianças com deficiência estão incluídas (BRASIL, 2006). A Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, seus estados membros reconhecem o direito das pessoas com deficiência a educação. Para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os estados membros assegurarão sistemas educacionais inclusivos em todos os níveis. (ONU, 2006) A educação tem sido considerada, em todas as nações do mundo e durante toda a história da humanidade, como fim e um meio para o desenvolvimento do indivíduo e da própria humanidade.

Outro importante elemento na vida humana é o direito ao trabalho, a declaração universal dos direitos humanos de 1948 (ONU) em seu artigo 23º diz “Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego”. No Brasil um importante marco legal, fruto da política afirmativa de direitos humanos, com o objetivo de garantir o direito ao trabalho das pessoas com deficiência, foi a Lei 8.231/91, que determinou um percentual de 2 – 5% de vagas reservadas para profissionais com deficiência, em empresas com 100 ou mais funcionários (OIT, 2017).

Fruto da luta da sociedade civil organizada para o fortalecimento e a garantia do acesso ao trabalho das pessoas com deficiência, passados 27 anos de sua criação, verifica-se que a média brasileira de cumprimento da Lei ainda é baixa. Atualmente aproximadamente 31% do percentual de vagas criadas pelas cotas são aproveitadas, isso representa 0,8% dos empregos formais no país, segundo dados da relação Anual de Informações Sociais (BRASIL, 2015).

Cabe salientar que embora o Brasil esteja em consonância com diversos países do mundo, signatários de tratados e convenções internacionais que buscam oferecer direitos e dignidade a esse segmento social isso ainda é um grande desafio em nosso meio. Nesse sentido é importante ampliar as pesquisas e publicações sobre a temática das pessoas com deficiência, para tornar mais clara as dificuldades e desafios envolvendo esse segmento social das pessoas com deficiência no Brasil. Esse tipo de pesquisa, estado da arte, permite conhecer as áreas de conhecimento mais investigadas, as regiões de filiação dos autores, o tipo de instituição (pública ou privada) e revelar os focos de interesse dos estudos relacionados a temáticas sobre as pessoas com deficiência. Ainda pode identificar se déficits, e áreas de pouco interesse no assunto e dessa forma apontarmos a necessidade de mais estudos sobre o tema ampliando as suas discussões.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, L.A. **Pensar a diferença/deficiência**. Brasília: CORDE, 1994.
- BARNES, C.; OLIVEIRA, M.; BARTON, L. **Disabilities studies today**. Cambridge: Polity, 2002.
- BARROS, A. S. S. E. **Quarenta anos retratando a deficiência enquadres e enfoques da literatura infante-juvenil brasileira**. Rio de Janeiro: Rev. Bras. Educ., 2015. v. 20, n. 60, p. 167-193.
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782015206009>
- BATISTA, D. A. **Inclusão: Construção na diversidade**. Belo Horizonte: Armazém de Ideias, 2004.

BRASIL. Lei nº13. 146, de 06 de julho de 2015. Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acessado em: 03 de agosto de 2017.

BRASIL. **Direitos Humanos:** documentos internacionais. SEDH, 2006.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Coordenação Geral do Sistema de Informação sobre a Pessoa com Deficiência. **Cartilha do Censo 2010: Pessoa com Deficiência.** Brasília: SDH-PR/ SNPD, 2012.

CIANTELLI, A. P. C.; LEITE, L. **Ações Exercidas pelos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais Brasileiras.** Marília: Rev. bras. educ. espec., 2016. v. 22, n. 3, p. 413-428.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Campanha da Fraternidade-** Texto Base. São Paulo: Editora Salesianas, 2006.

DANTAS, T. C.; SILVA, J. S. S.; CARVALHO, M. E. P. **Entrelace entre gênero, sexualidade e deficiência: uma história feminina de rupturas e empoderamento.** Marília: Rev. bras. educ. espec., 2014 v. 20, n. 4, p. 555-568.

DIAS, S.R.; FERREIRA, M.A. **Desde la Dis-capacidade hacia la diversidad funcional: un ejercicio de dis-normalizacion.** Madrid: Revista Internacional de Sociologia (RIS), 2010. v. 68, n. 2, p.289-309.

DINIZ, D. **O que é deficiência?** São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

DINIZ, D; BARBOSA, L.; SANTOS, W. R. **Deficiência, direitos humanos e justiça.** São Paulo: Rev. int. direitos humanos, 2009. v. 6, n. 11, p. 64-77.

GUERREIRO, E. M. B. R.; ALMEIDA, M. A.; SILVA FILHO, J. H. **Avaliação da satisfação do aluno com deficiência no ensino superior.** Sorocaba: Avaliação (Campinas), 2014. v. 19, n. 1, p. 31-60.

FERNANDES, L.B., SCHLESNER, A.; MOSQUERA, C. **Breve historia da deficiência e seus paradigmas.** Curitiba: Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Musicoterapia, 2011. n.2, p.132-144.

FOCAULT, M. **O nascimento da clinica.** São Paulo: Editora Forense Universitária, 2004.

MACEDO, M. C. S. R. et al. **Histórico da inclusão escolar:** uma discussão entre texto e contexto. Maringá: Psicol. estud., 2014. v. 19, n. 2, p. 179-189.

DINIZ, D., SQUINCA, F., MEDEIRO, M. **Qual deficiência? Perícia médica e assistência social no Brasil.** Rio de Janeiro: Cad. Saúde Pública, 2007. v.23, n. 11, p. 2589-2596.

MICHAILAKIS, D. **The systems theory concept of disability:** One is not born a disabled person, one is observed to be one. Gavle: Journal Disability and Society, 2003. v. 18, n. 2, p. 209-229.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, BANCO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório Mundial Sobre a Deficiência.** São Paulo: Secretaria estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA [UNESCO]. **Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade.** Salamanca, 1994.

SANTOS, W.R. **Pessoas com deficiência: nossa maior minoria.** [S.I.]: Physis – Revista de Saúde Coletiva, 2008. v. 18, n. 3, p.501-519.

SASSAKI, R. K. **Como Chamar as Pessoas que tem Deficiência?**. Revista da Sociedade Brasileira de Ostromizados, 2009. v. 1, n. 1, p.08-11.

SELLA, A. C.; MULLER, M. C. **É possível a ética do discurso de HABERMAS para pessoas com deficiência?**. Marília: Rev. bras. educ. espec., 2011. v. 17, n. 2, p. 181-194.

SILVA, F. H. O. B.; CAVALCANTE, L. I. C.; DELL'AGLIO, D. D. **Pretendentes à adoção de crianças no Brasil: um estudo documental**. Ribeirão Preto: Rev. SPAGESP, 2016. v. 17, n. 2, p. 67-80.

SILVEIRA, A. L. et al. **Corporeidade e existência**: notas de uma perspectiva fenomenológica sobre a condição da pessoa com deficiência física. Goiânia: Rev. abordagem gestalt., 2012. v. 18, n. 1, p. 30-36.

SOUZA, J. M.; CARNEIRO, R. **Universalismo e focalização na política de atenção à pessoa com deficiência**. São Paulo: Saude soc., 2007. v. 16, n. 3, p. 69-84.

TEIXEIRA, A. M.; GUIMARAES, L. **Vida revirada**: deficiência adquirida na fase adulta produtiva. Fortaleza: Rev. Mal-Estar Subj., 2006,v.6, n. 1, p. 182-200.

TEOLFORD, C.W.;SAWEREY, J. M. **O Indivíduo Excepcional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

QUINN, G.; DEGENER, T. **Derechos Humanos y Discapacidad**– uso actual y posibilidades futuras de los instrumentos humanos de las Naciones Unidas em el contexto de ladiscapcidad. Nueva York y Ginebra: oficina de Alto Comisionado de las Naciones Unidas para Derechos Humanos, 2002.

Recebido em: 31 de janeiro de 2018

Modificado em: 10 de junho de 2018

Modificado em: 20 de outubro de 2018

Aceito em: 25 de outubro de 2018

